



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### Lei Ordinária nº 1.556/2017

“Autoriza o Poder Executivo a alterar e ampliar a redação do artigo 4º das Leis Municipais nº 1.508/2016, de 03 de janeiro de 2017 e artigo 2º da Lei 1.521/2017, de 20 de abril de 2017, e dá outras providências.”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre alteração e ampliação do limite para abertura de créditos suplementares durante a execução do Orçamento Municipal do Exercício de 2017 alterando a redação do artigo 4º, da Lei Municipal nº 1.508/2017, de 03 de janeiro de 2017 e artigo 2º, da Lei 1.521/2017, de 20 de abril de 2017.

**Art. 2º** - O artigo 4º da Lei Municipal nº 1.508/2017, de 03 de janeiro de 2017 e artigo 1º da Lei 1.521/2017, de 20 de abril de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Durante a execução orçamentária ficam o Executivo e o Legislativo autorizados a abrirem créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento), da despesa fixada nesta Lei para todos os órgãos da administração direta e indireta, com a finalidade de reforçar dotações que se tornarem insuficientes, através da anulação parcial ou total das dotações orçamentárias, conforme disposto no item III do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, podendo incluir, fontes de recursos em cada ação, bem como, elemento de despesa se necessário.

§ 1º - No limite estabelecido no caput deste artigo poderá o Executivo Municipal destinar recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

§ 2º - Sem onerar os limites constantes do caput, nos termos do parágrafo único do artigo 66 da Lei 4.320/64, ficam autorizados, o Departamento de Contabilidade, vinculado à Secretaria de Fazenda, a redistribuir parcelas de dotações de pessoal de uma unidade orçamentária para outra ou de um Órgão para outro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 3º - Não onera o limite estabelecido no caput deste artigo às suplementações para pessoal, encargos sociais, despesas decorrentes de precatórios e despesas com recursos provenientes de convênios com a União e Estado, limitados aos percentuais nele estabelecido, a fim de preservar a apropriação do gasto nos centros de custos das unidades administrativas.”

**Art. 3º** - Além dos Limites estabelecidos no artigo 2º desta Lei, fica também autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 100% (cem por cento), do valor total apurado, com a utilização dos seguintes recursos;

I - Superávit financeiro do exercício anterior, efetivamente apurados no balanço patrimonial de 31/12/2016;

II - Excesso de arrecadação verificado no exercício.

III - Incorporar os saldos financeiros em cada uma de suas fontes, apurados em 31 de dezembro de 2016, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de fundos especiais e do FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior as previsões de despesas fixadas nesta Lei.

**Art. 4º** - A fim de compatibilizar a execução da despesa fixada com a efetiva realização da receita estimativa, o Poder Executivo Municipal poderá fazer a decomposição do Orçamento de Despesa, enquadrando-os por Unidades Orçamentárias.

§ 1º - Em cumprimento ao que dispõe este artigo, o Executivo Municipal poderá alterar as dotações orçamentárias dos órgãos e/ou

Unidades em até 100% (cem por cento) do total orçado, para maior ou para menor, mediante transposição, o remanejamento ou transferência de valores entre elementos, categoria de programação e/ou Unidade orçamentária e por fonte de recursos.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2017.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS  
MIL E DEZESSETE. (23/11/2017).

Ver<sup>a</sup> NEURA DA SILVA PEREIRA  
Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Sancionada pelo Sr. Prefeito em 29/11/2017, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais  
Coord. Legislativo